

Mobilidade e Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Pistas para uma Análise Integrada*

Resumo

A análise profunda da mobilidade populacional constitui um requisito essencial à definição e implementação de uma estratégia territorial de desenvolvimento, devido aos impactes territoriais que comporta. Estes impactes podem advir pela via da migração, responsável pelas principais alterações na estrutura populacional, ou pela via dos movimentos pendulares que, simultaneamente, resultam e contribuem para a (des)estruturação do sistema urbano da região.

Este fenómeno tem-se demonstrado particularmente relevante na região de Lisboa e Vale do Tejo, não só ao nível da elevada mobilidade resultante dos movimentos casa-trabalho, nomeadamente na sua área metropolitana, mas também ao nível dos elevados fluxos de migração. Neste estudo pretende-se apresentar uma linha de análise que integre a diversidade de formas que o fenómeno da mobilidade geográfica encerra, mas acima de tudo pretende-se identificar as principais tendências de evolução da mobilidade, com o objectivo de aprofundar o seu estudo à medida que fiquem disponíveis os dados dos Censos 2001.

Cristina Oliveira
Direcção Regional de Lisboa e
Vale do Tejo/INE

Duarte Rodrigues
Direcção Regional de Lisboa e Vale
do Tejo/INE

* Os autores agradecem a João Peixoto, do ISEG, e aos técnicos do Serviço de Estudos, os comentários recebidos. A responsabilidade pelo conteúdo final do texto cabe, porém, apenas aos primeiros.

* A versão preliminar deste estudo foi apresentada no VIII encontro da APDR, em Vila Real, em 29 de Junho de 2001.

1. Porquê estudar a Mobilidade Geográfica?

1.1. Mobilidade geográfica e ordenamento do território

A mobilidade humana nas suas diversas formas – deslocações pendulares para trabalho ou lazer, mudanças de residência e migrações temporárias ou permanentes – tem implicações na configuração do território.

Podem listar-se de forma não exaustiva as seguintes: as deslocações pendulares têm implicações no sistema de transportes e infra-estruturas viárias; as mudanças de residência no mercado imobiliário e nas próprias deslocações pendulares; as migrações na configuração social dos espaços e em todos os itens listados anteriormente. Do ponto de vista económico a mobilidade de mão-de-obra tem igualmente impactes sobre a evolução das disparidades regionais¹, para além de ser um indicador do grau de integração das regiões.

Enfim, a mobilidade humana pode ter impactes mais ou menos profundos nas componentes demográfica, social e económica dos territórios e consequentemente no ordenamento dos mesmos.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) é um destino importante de migrações internacionais e funciona a nível nacional como 'entreposto migratório', isto é, embora apresente saldos migratórios pouco significativos regista um número elevado de emigrantes e imigrantes internos. Além disso, como se verifica pela análise dos dados dos Censos 91, é uma região com elevada mobilidade interna.

Assim, dadas estas características da RLVT, é fundamental estudar a mobilidade de um ponto de vista integrado.

¹ Na teoria neoclássica a mobilidade dos factores de produção é apontada como a principal arma contra as disparidades regionais.

No entanto, a mobilidade é um fenómeno complexo e, como tal, difícil de medir e de interpretar. Assim, tentámos neste trabalho tipificar a mobilidade construindo uma matriz de análise a partir da qual se definem os vários tipos de movimentos, partindo daqui para a análise da informação disponível sobre o assunto. Desta forma podemos inclusive inventariar as zonas não cobertas em termos de informação.

1.2. Impacte nos territórios

Os fluxos de população têm associados impactes de diversa ordem sobre o território, quer sobre os de origem, quer sobre os de destino.

Os territórios de destino das migrações sofrem naturalmente um acréscimo populacional e uma alteração na estrutura da população, quer em termos demográficos quer sociais. Ou seja, a população entrada num determinado território tem em geral características diferentes da população residente. Trata-se essencialmente de população em idade activa, disponível para trabalhar, o que causa impactes ao nível do mercado de trabalho².

No caso da imigração externa, e dependendo do país de origem, os migrantes podem ser indivíduos com nível de instrução elevado que entram no país já com um contrato de trabalho e que vêm desenvolver trabalho especializado (países da UE). Podem ser igualmente indivíduos que, apesar de um elevado nível de instrução, entram de forma ilegal no país, dispondo-se a realizar qualquer tipo de trabalho mal remunerado (Europa de Leste).

² Para uma melhor especificação dos impactes económicos da migração ver, por exemplo, De Rugy (2000).

Os indivíduos com baixo nível de instrução são em geral originários de países africanos (PALOP) e concentram-se tanto em termos residenciais como de trabalho junto das respectivas comunidades.

Estas localizam-se, em termos gerais, em zonas mais ou menos degradadas da cidade de Lisboa e na periferia da Área Metropolitana de Lisboa (AML) (cf. Pires, 2000).

A concentração espacial dos imigrantes tem consequências na segregação social e devido ao facto do local de trabalho e de residência tenderem a não coincidir, exerce uma forte pressão no sistema de transportes.

O aumento da procura de habitação por parte dos imigrantes tem obviamente consequências no mercado imobiliário.

A desertificação que se verificou no interior do país ao longo das últimas décadas, com reflexos graves no envelhecimento da população do interior e no desequilíbrio territorial, em resultado de fluxos populacionais com destino ao litoral, (com especial ênfase para as Áreas Metropolitanas) e a outros países, constitui um bom exemplo do impacto sobre os territórios de origem.

Os dados dos Censos 2001 poderão confirmar esta tendência, apesar do crescimento de algumas cidades médias e das tendências já detectadas para o abrandamento destes fluxos (cf. Peixoto 1994).

Em termos mais genéricos é possível afirmar que a emigração apresenta impactos nos territórios de origem de ordem inversa aos que a imigração apresenta nos territórios de destino.

Registe-se ainda o impacto da emigração sobre os territórios de origem ao nível de um aumento dos fluxos mercantis e financeiros com destino a esses territórios (e.g. o impacto económico das remessas de emigrantes).

2. Tipologia de Mobilidade Geográfica

Tipificar a mobilidade geográfica dos indivíduos implica a selecção de dimensões que nos permitam definir os movimentos, privilegiando uma determinada óptica.

Assim, pretendendo essencialmente medir o impacto territorial da mobilidade humana a nível da região, privilegiámos as dimensões espacial e temporal para tentar construir uma tipologia a partir da qual fosse possível classificar e quantificar as deslocações da população.

Os critérios espacial e temporal permitem-nos distinguir três “movimentos” básicos:

■ Mobilidade ou movimentos pendulares: movimentações regulares nos mesmos espaços geográficos.

■ Mobilidade residencial: mudança de espaço sem quebra dos laços básicos com a comunidade local.

■ Migração: deslocação duradoura que implica uma ruptura do espaço social.

Especificando um pouco mais, a dimensão territorial, definida pelo tipo de “fronteira” atravessada, permite distinguir as migrações externas das internas e, dentro destas, as migrações inter-regionais das intra-regionais, podendo estas ser definidas até uma desagregação geográfica que se

considere pertinente ou no limite incluir as mudanças de residência.

A dimensão temporal, definida pela duração e/ou periodicidade permite distinguir as migrações permanentes, temporárias, pendulares e sazonais.

Em termos concretos, partindo do princípio de que actualmente os pólos essenciais da vida dos indivíduos são os locais de residência e de trabalho, utilizámos estas duas variáveis para construir a nossa tipologia. Também a tipologia construída em

1991 por Nora Federici toma estas variáveis como base, numa tentativa de captar todo o tipo de movimentos migratórios no tempo e no espaço.

Existem outras dimensões importantes a ter em conta na tipificação da mobilidade, como por exemplo o motivo, a voluntariedade ou a dimensão social (cf. Federici, 1991) que não utilizámos na construção desta tipologia mas que não podem deixar de estar presentes, pelo menos implicitamente, quando classificamos e analisamos as movimentações da população.

Figura 1 – Tipologia da Mobilidade Geográfica

		Alteração de local de residência?			
		Não		Sim	
Alteração de local de trabalho?	Não	Movimentos Pendulares	Mobilidade Residencial		
	Sim	Alteração do Local de Trabalho	Migração		
			Intra-Regional	Inter-Regional	Internacional
		Local		Nacional	Internacional
		Mercado de Trabalho			

- Ajustamentos internos ao Mercado Local de Trabalho
- Alterações (de dimensão e de estrutura) ao nível da oferta no Mercado Local de Trabalho

2.1. Movimentos pendulares

Os movimentos pendulares constituem uma das vertentes da mobilidade que não se reduz a um quadrante específico desta tipologia, constituindo-se como um movimento transversal. Este tipo de movimento verifica-se mesmo na ausência de alterações nos parâmetros que a permitem construir, ou seja, local de trabalho e local de residência. Assim, contrariamente aos restantes quadrantes, estamos perante uma mobilidade constante, a mobilidade do dia-a-dia, das deslocações casa-trabalho.

De acordo com os dados dos Censos 91, dos cerca de 4 milhões de empregados, 53,3% trabalhavam numa freguesia distinta da que residiam e 24,1% trabalhavam, inclusivamente, noutro concelho.

Este fenómeno tem obviamente maior relevância, quer quantitativa, quer do ponto de vista de análise, em regiões que apresentam maior integração funcional, ou seja, maiores fluxos mercantis de factores produtivos e de bens e serviços, como, por exemplo, as Áreas Metropolitanas.

Assim, a compreensão deste fenómeno e apreensão dos seus padrões, assume especial relevo na

região de Lisboa e Vale do Tejo. Nesta região, em 1991, dos cerca de 1 milhão e 400 mil empregados, 65,7% trabalhavam fora da freguesia de residência e 36,1% fora do concelho de residência.

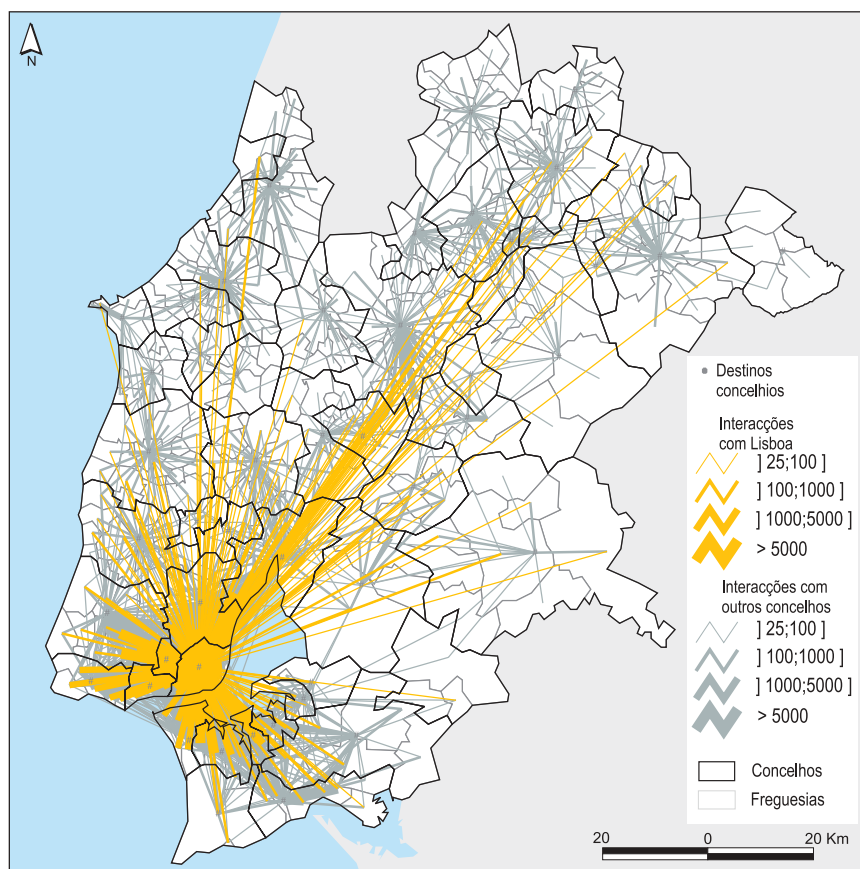
Para os empregados residentes nos concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (cerca de 1 milhão e 100 mil empregados), estas percentagens são ainda mais elevadas, com 72,3% dos empregados a trabalharem no exterior da freguesia de residência e 41,1% no exterior do concelho.

Outro valor que expressa bem a importância acrescida deste fenómeno na região de Lisboa e Vale do Tejo é o facto de 42,3% dos movimentos pendulares³ que se registaram em 1991, terem origem e destino nesta região e 36,6% dos mesmos, terem origem e destino na AML⁴. A comparação dos dois valores anteriores, ou seja, a verificação de que 86,5% dos movimentos pendulares da Região de Lisboa e Vale do Tejo se concentra na AML, indicia bem a integração funcional da principal Área Metropolitana portuguesa, onde cerca de 7 em cada 10 empregados trabalham fora da freguesia de residência.

³ Considera-se aqui como movimentos pendulares o nº de residentes empregados que trabalha fora da freguesia de residência. Note-se que a freguesia corresponde à unidade territorial de menor dimensão para a qual é possível obter informação sobre correspondência, ou não, entre local de trabalho e local de residência.

⁴ Se considerássemos origem ou destino na região, as percentagens face ao total do país seriam de 43,5% para a Região de Lisboa e Vale do Tejo e de 38,3% para a Área Metropolitana de Lisboa.

Figura 2 – Padrão dos movimentos pendulares na RLVT



Fonte: INE, Censos 1991.

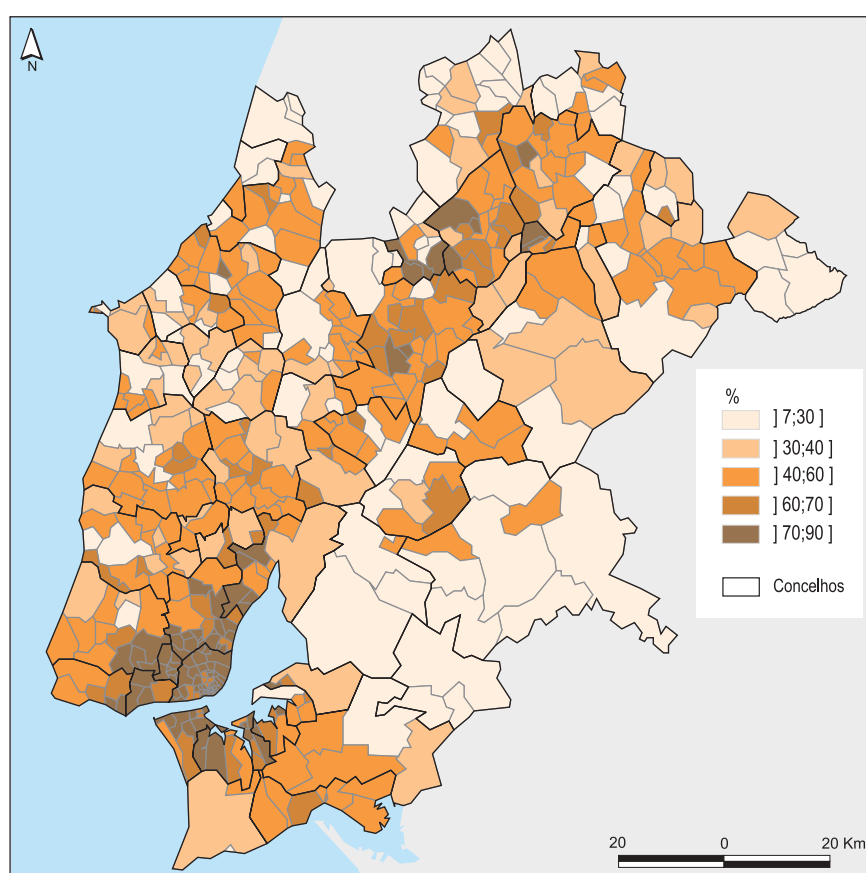
A maior dimensão dos movimentos pendulares nos concelhos circundantes de Lisboa é a forte imagem que se retira da análise da figura anterior. Esta conclusão é também fundamentada pela análise da figura seguinte, onde se denotam percentagens consideravelmente superiores de população empregada fora da freguesia de residência nas zonas centrais da Área Metropolitana de Lisboa.

A esta forte integração funcional entre um vasto conjunto de concelhos na Área Metropolitana de Lisboa, opõe-se uma lógica de predomínio dos movimentos intra-concelhios no restante território de Lisboa e Vale do Tejo.

Merecem ainda destaque os movimentos pendulares que têm como destino o concelho de Lisboa, não só pelo seu elevado número, como pela distância dos mesmos, designadamente,

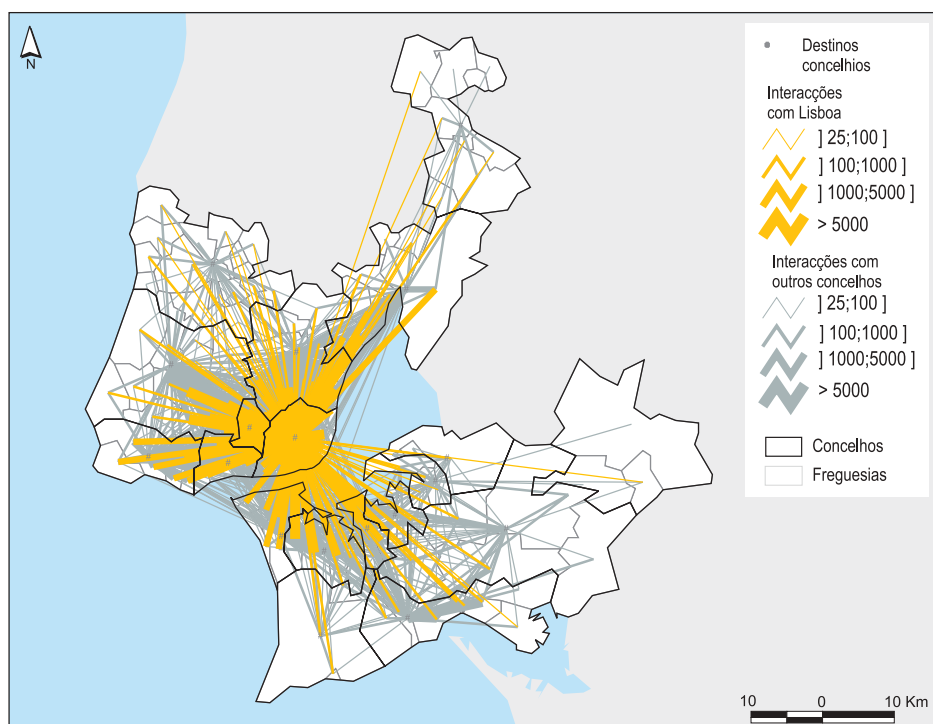
oriundos da zona Nordeste da Região, o que estará de alguma forma associado aos eixos de comunicação aí existentes (Autoestrada do Norte A1 e linha ferroviária do Norte).

Figura 3 – Percentagem dos empregados que trabalham numa freguesia distinta da freguesia da residência



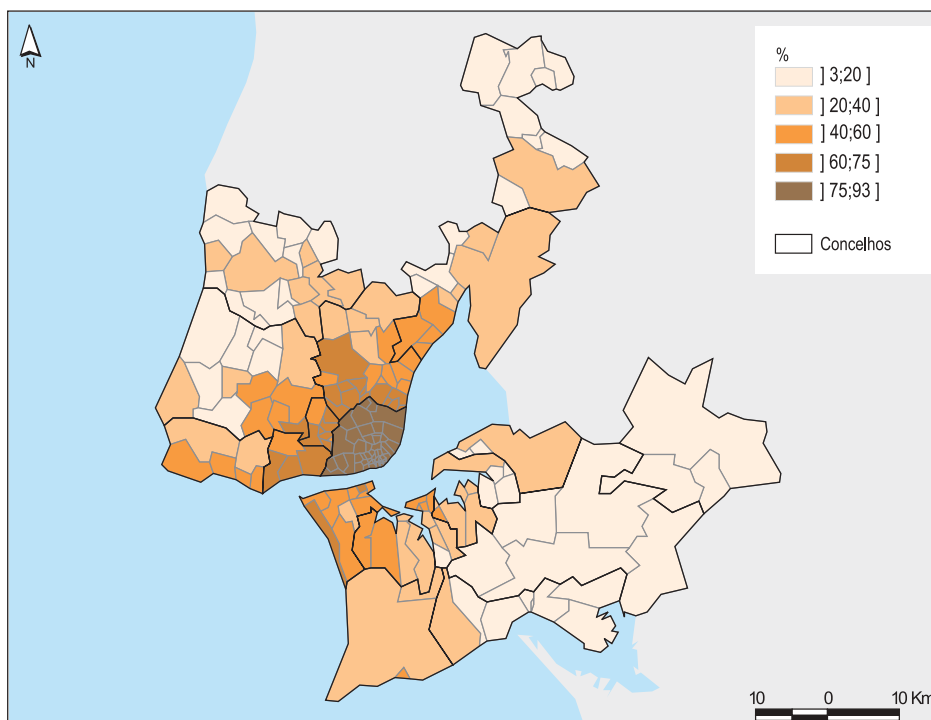
Fonte: INE, Censos 1991.

Figura 4 – Padrão dos movimentos pendulares na AML



Fonte: INE, Censos 1991.

Figura 5 – Percentagem dos empregados que trabalham no concelho de Lisboa de entre os que trabalham numa freguesia distinta da freguesia de residência



Fonte: INE, Censos 1991.

Quadro 1 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo por escalão etário, segundo o sexo (1991)

(em %)	Masculino	Feminino	Total
<25 anos	8,3	6,1	14,4
25-44 anos	31,6	23,9	55,5
45-64 anos	19,3	9,5	28,8
65 e + anos	0,9	0,3	1,3
Total	60,1	39,9	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

A distribuição dos movimentos pendulares na Região de Lisboa e Vale do Tejo por grupo etário e sexo, não se apresenta significativamente diferente da distribuição da população residente empregada da mesma região. A maior diferença entre ambas é de apenas 2,4 pontos percentuais e regista-se ao nível dos homens entre os 25 e 44 anos, superior no caso dos movimentos pendulares. Conclui-se, assim, que não existem especificidades relevantes no que respeita à distribuição por sexos dos movimentos pendulares da Região.

51

Quadro 2 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo por meio de transporte, segundo a duração do trajecto (1991)

		Duração do Trajecto					Total
(em %)		Nenhum	<= 15 minutos	16-30 minutos	31-60 minutos	>60 minutos	
Meio de Transporte	Nenhum (a pé)	0,2	2,2	1,8	0,3	0,1	4,5
	Autocarro, Eléctrico, Metropolitano	0,0	2,3	10,7	15,1	10,8	39,0
	Comboio	0,0	0,3	1,9	5,5	4,9	12,6
	Veículo da empresa ou escola	0,0	0,9	2,4	2,2	1,6	7,1
	Automóvel ligeiro como condutor	0,1	6,3	9,7	7,2	2,7	25,9
	Automóvel ligeiro como passageiro	0,0	1,1	1,8	1,6	0,7	5,2
	Motociclo, bicicleta	0,0	1,3	1,7	0,4	0,1	3,5
	Outro	0,0	0,1	0,2	0,5	1,4	2,3
	Total	0,3	14,5	30,2	32,8	22,2	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

Da análise da distribuição expressa no quadro anterior destaca-se o peso dos trajectos de maior duração (e.g. 22,2% dos empregados demoram mais de 1 hora no trajecto casa-trabalho) bem como o peso da utilização do automóvel ligeiro como condutor (25,9%), paralelamente ao pouco significado da utilização do automóvel ligeiro como passageiro (5,2%).

Quadro 3 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo e população empregada na mesma Região por nível de instrução (1991)

(em %)		Movimentos pendulares	População empregada
Nível de ensino	Pré-escolar	0,0	3,2
	Ensino básico primário	33,3	38,5
	Ensino básico preparatório	12,1	12,6
	Ensino secundário unificado	16,9	15,2
	Ensino secundário complementar	19,4	16,0
	Curso médio	3,3	2,9
	Curso superior Bach/Lic	14,0	10,8
	Curso Superior Mest/Dout	1,1	0,8

Fonte: INE, Censos 1991

A distribuição dos movimentos pendulares por níveis de ensino na Região é muito semelhante à distribuição da sua população empregada (Quadro 3).

Explorou-se ainda a existência de características significativamente distintas entre os movimentos que têm origem na RLVT, destino na RLVT ou ambos. O mesmo tipo de análise foi igualmente feito em relação à AML e ao concelho de Lisboa. Não se detectaram diferenças significativas, apenas merecendo destaque a repartição por modo de transporte, surgindo o automóvel ligeiro (como

condutor) como o principal meio de transporte dos movimentos com origem em qualquer uma das três unidades territoriais e destino fora das mesmas, enquanto nos movimentos de sentido oposto, ou seja, origem fora destas unidades territoriais e destino no interior das mesmas, o transporte público é o mais utilizado (comboio para LVT e AML e Autocarro, Eléctrico e Metropolitano para o concelho de Lisboa). Nos movimentos com origem e destino na RLVT, AML e Lisboa, respectivamente, o Autocarro, Eléctrico e Metropolitano apresentam-se como o meio de transporte mais utilizado.

... e em 2001?

■ ■ Haverá uma maior integração funcional, ou seja, um aumento do peso dos movimentos pendulares e da sua distância, no território de LVT, em resultado de uma melhoria das acessibilidades? Por exemplo, haverá uma maior integração da zona Este da Península de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa em consequência da construção da Ponte Vasco da Gama e das acessibilidades adjacentes?

■ ■ Haverá uma manutenção da direcção e sentido dos principais fluxos diários casa-trabalho? Ou terão um peso significativo os movimentos pendulares com origem nos principais centros (por exemplo Lisboa) e destino nos seus concelhos periféricos?

■ ■ Haverá uma maior autonomia por parte dos concelhos periféricos? Isto é, terão uma maior capacidade de retenção da sua própria força de trabalho?

■ ■ Será que o Teletrabalho poderá ter algum impacte significativo na redução destes movimentos pendulares?

2.2. Mobilidade residencial

A mobilidade residencial verifica-se sempre que existe alteração do local de residência sem alteração do local de trabalho, ou seja, não existe uma ruptura total com o meio social.

Este tipo de mobilidade de difícil mensuração, por inexistência de bases de dados longitudinais que contenham simultaneamente local de trabalho e local de residência, tem impactes ao nível da alteração dos movimentos pendulares.

O aumento da dimensão da família, bem como a conjuntura do mercado habitacional são dois determinantes da dimensão deste fenómeno.

A mobilidade residencial sazonal, ou seja, a residência durante certos períodos (regulares), nomeadamente, fins-de-semana, em segundas habitações

(habitações de ocupação sazonal) apresenta-se como um fenómeno de relevância crescente. Esta mobilidade sazonal corresponde a um tipo específico de mobilidade residencial, na medida em que existe alteração do local de residência durante certos períodos de tempo.

Em 1991, cerca de 10% dos alojamentos clássicos ocupados do país eram de uso sazonal, sendo o Algarve e o Alentejo as NUTS II onde este fenómeno era mais relevante. Contudo, quando desagregamos a Região de Lisboa e Vale do Tejo ao nível das NUTS III observamos que o uso sazonal apresenta especial importância nas regiões do Oeste (16,9%) e da Península de Setúbal (15%), ou seja, nas regiões costeiras, o que indicia a predominância das casas de praia enquanto segunda habitação.

Obviamente que para analisar a totalidade do impacto que a mobilidade residencial sazonal tem no território de LVT seria necessário conhecer não só as “segundas habitações” que se localizam na região, mas também as que são propriedade de residentes na região, independentemente da NUTS II onde se localizam.

Quadro 4 – Alojamentos clássicos de uso sazonal em 1991

	Alojamentos Clássicos Ocupados		
	Total Nº	Uso Sazonal Nº	(%)
Portugal	3 714 567	377 601	10,2
Norte	1 150 159	66 930	5,8
Centro	722 428	80 008	11,1
LVT	1 281 559	134 965	10,5
Oeste	154 235	26 139	16,9
Grande Lisboa	679 093	50 324	7,4
Península de Setúbal	259 565	38 846	15,0
Médio Tejo	97 113	10 964	11,3
Lezíria do Tejo	91 553	8 692	9,5
Alentejo	230 359	29 745	12,9
Algarve	180 440	57 131	31,7
Açores	75 886	5 795	7,6
Madeira	73 736	3 027	4,1

Fonte: INE, Censos 1991

... e em 2001?

- ☐ Confirmar-se-á a ideia que se assistiu nos últimos anos a um crescimento exponencial das habitações de ocupação sazonal?
- ☐ Manter-se-á uma maior concentração das habitações de ocupação sazonal nas regiões costeiras de LVT?

2.3. Alteração do local de trabalho

A alteração do local de trabalho sem alteração do local de residência constitui outro dos tipos de mobilidade geográfica, que tem como consequência directa, tal como a mobilidade residencial, a alteração dos movimentos pendulares ao nível da direcção, do sentido, da dimensão dos mesmos, ou mesmo de todas estas componentes.

A mensuração estatística desta forma de mobilidade geográfica é actualmente muito difícil, dada a escassez ou quase inexistência de bases de dados individuais que contenham simultaneamente local de residência e local de trabalho.

2.4. Migrações

A migração, que nesta tipologia corresponde à alteração simultânea de residência e de local de trabalho, implica uma ruptura com o espaço social envolvente.

Na tipologia apresentada existe uma diferenciação deste tipo de mobilidade geográfica em três áreas:

Intra-regional (no seio de um Mercado Local de Trabalho); Inter-regional e Internacional. A magnitude da ruptura com o meio envolvente aumenta no sentido da Intra-regional para a Internacional.

Neste estudo não será abordada em termos empíricos a distinção entre migração intra-regional e inter-regional, estando ambas integradas no ponto das migrações internas, pelo facto de não se ter procedido à delimitação dos mercados locais de trabalho⁵, algo que se pretende elaborar num futuro próximo.

2.4.1. Internas

A análise das migrações internas permite-nos qualificar as regiões como atractivas ou repulsivas, ou seja, saber se estão a ganhar ou a perder população e qual o peso relativo dos saldos migratórios na população da região. Quando existe informação disponível é importante apurar as características demográficas e sociais dos indivíduos que entram e que saem da região, pois delas depende o tipo de impacte das migrações na região.

5 5

Quadro 5 – Fluxos migratórios a nível de NUTS II

NUTS II	População total em 1991 Nº	Migrante interno (face a 1985)		Migrante interno (face a 1989)	
		Nº	%	Nº	%
Norte	3 472 715	136 102	3,9	48 976	1,4
Centro	1 721 650	63 655	3,7	25 004	1,5
LVT	3 296 715	256 196	7,8	83 895	2,5
Alentejo	543 442	24 401	4,5	9 568	1,8
Algarve	341 404	24 543	7,2	8 348	2,4
Açores	237 795	8 435	3,5	3 630	1,5
Madeira	253 426	5 798	2,3	2 660	1,0
Total	9 867 147	519 130	5,3	182 081	1,8

Fonte: INE, Censos 1991

⁵ Sobre a importância dos Mercados Locais de Trabalho enquanto unidade territorial privilegiada na análise do fenómeno da mobilidade geográfica ver, por exemplo, Goetz (1999). Note-se ainda que esta unidade de análise não existe em Portugal enquanto unidade estabilizada e objecto de políticas, apesar de existirem alguns estudos que procederam à sua delimitação, nomeadamente, Pereira (1997) e Pisco (1997).

Segundo os dados dos Censos 91, Lisboa e Vale do Tejo foi a região onde se registou uma maior mobilidade da população, em termos absolutos, quer em relação a 1985, quer a 1989. A categoria 'migrante interno' conta tanto os imigrantes provenientes de outras regiões como os que mudam de concelho de residência dentro da própria região. Em termos relativos LVT registou igualmente a maior percentagem de população móvel.

Quadro 6 – Matriz origem / destino das migrações

		Residência em 85							Migração intra-região
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
Residência em 91	Norte	114 079	7 329	11 360	1 664	571	622	477	114 079
	Centro	7 779	35 390	17 436	1 502	634	514	400	35 390
	LVT	16 072	22 387	196 774	12 172	3 989	2 315	2 487	196 774
	Alentejo	926	1 281	8 969	11 917	1 009	156	143	11 917
	Algarve	2 325	2 041	7 843	3 370	8 615	203	146	8 615
	Açores	708	449	1 881	153	326	4 762	156	4 762
	Madeira	318	261	979	37	41	54	4 108	4 108

Fonte: INE, Censos 1991

5 6

Sendo Lisboa e Vale do Tejo a região com maior mobilidade, podemos verificar que em termos de migrações internas, recebe imigrantes de todas as regiões e envia emigrantes para todas elas, mas o valor mais significativo é o das migrações dentro da própria LVT. Aliás, neste contexto a região de LVT foi considerada como um “entrepósito migratório” (cf. Peixoto, 1994), ou seja, embora apresente um saldo migratório pouco significativo (ver

quadro 2-vii), regista um elevado número de emigrantes e imigrantes internos, muito superior ao das restantes regiões.

As regiões com quem tem trocas mais significativas são por ordem de importância: Centro, Norte e Alentejo, das quais recebe população; Centro, Norte, Alentejo e Algarve, para as quais envia.

Quadro 7 – Indicadores regionais de migração (face a 1985)

NUTS II	migração intra-região	Migração inter-região				TOTAL (intra+inter região)	Tx de mig. total	Tx mig. inter-regiões	Tx mig. intra-região	Taxa de atracção	Taxa de repulsão	Saldo migratório em %
		entrada	saída	total	Saldo mig.							
Norte	114 079	22 023	28 128	50 151	- 6 105	164 230	4,7	1,4	3,3	0,6	0,8	-0,2
Centro	35 390	28 265	33 748	62 013	- 5 483	97 403	5,7	3,6	2,1	1,6	2,0	-0,3
LVT	196 774	59 422	48 468	107 890	10 954	304 664	9,2	3,3	6,0	1,8	1,5	0,3
Alentejo	11 917	12 484	18 898	31 382	- 6 414	43 299	8,0	5,8	2,2	2,3	3,5	-1,2
Algarve	8 615	15 928	6 570	22 498	9 358	31 113	9,1	6,6	2,5	4,7	1,9	2,7
Açores	4 762	3 673	3 864	7 537	- 191	12 299	5,2	3,2	2,0	1,5	1,6	-0,1
Madeira	4 108	1 690	3 809	5 499	- 2 119	9 607	3,8	2,2	1,6	0,7	1,5	-0,8
Total	375 645	143 485	143 485	286 970		662 615	6,7	2,9	3,8	1,5	1,5	0,0

Fonte: INE, Censos 1991

Lisboa e Vale do Tejo apresentava os valores mais elevados de entradas e saídas a nível de NUTS II e o saldo migratório positivo mais elevado. No entanto, em termos relativos, o saldo migratório era de 0,3%, isto é, tinha um peso pouco significativo em relação à população residente na região, enquanto na região Algarve o saldo migratório (relativo) era de 2,7%. Nas restantes regiões o saldo migratório apresentava valores negativos mas com pouco significado.

A taxa de migração total, que traduz a relação entre os indivíduos que entraram na região mais os que saíram, mais os que se moveram dentro da região, com a população total, diz-nos que Lisboa e Vale do Tejo (9,2%) era a região com maior mobilidade, estando no entanto muito próxima das regiões Algarve (9,1%) e Alentejo (8%).

No entanto, para aprofundar esta análise podemos decompor esta taxa em duas outras:

■ A taxa de migração inter regiões (trocas de população a nível NUTS II) diz-nos que a percentagem de população que entrou e saiu da região de LVT foi de 3,3%, metade da taxa da região Algarve (6,6%) e bastante inferior à do Alentejo (5,8%).

■ A taxa de migração intra regiões (mudanças de residência a nível de concelho dentro da NUTS II) coloca LVT numa posição bastante superior à das restantes regiões: 6% contra 3,3% do Norte e 2,5% do Algarve.

LVT tinha uma taxa de atracção (relação entre os imigrantes internos e a população residente) de 1,8%, abaixo do Algarve com 4,7% e do Alentejo com 2,3%. No entanto, apresentava uma taxa de repulsão (relação entre os emigrantes internos e a população residente) de 1,5%, enquanto a Região Alentejo revelava uma taxa de 3,5%, a Região Centro 2% e a Região Algarve 1,9%. Isto é, enquanto em LVT a taxa de atracção é ligeiramente superior à de repulsão, o Alentejo, por exemplo, apresenta uma maior taxa de atracção mas que é suplantada pelo valor da taxa de repulsão.

Quadro 8 – Sexo e idade dos migrantes *de e para* LVT

		Fluxos		
		Entrada	Saída	Saldo
Homens	<25 anos	9 674	6 741	2 933
	25-44 anos	11 572	10 008	1 564
	45-64 anos	2 372	4 455	- 2 083
	65 e + anos	2 333	2 230	103
Mulheres	<25 anos	13 045	7 630	5 415
	25-44 anos	12 564	9 791	2 773
	45-64 anos	3 119	4 619	- 1 500
	65 e + anos	4 743	2 994	1 749
Total		59 422	48 468	10 954

Fonte: INE, Censos 1991

Analisando as características dos migrantes *de e para* LVT, verifica-se que a região ganhou uma população predominantemente feminina e jovem, apresentando saldos negativos na faixa etária dos 45-64 anos que corresponde essencialmente à população em final de idade activa.

58

Quadro 9 – Fluxos migatórios com destino às NUTS III de LVT

NUTS III	População em 1991					Residência em 85							
		Norte	%	Centro	%	Alentejo	%	Algarve	%	Açores	%	Madeira	%
Oeste	359 430	1 012	0,3	1 821	0,5	458	0,1	172	0,0	133	0,0	153	0,0
Grande Lisboa	1 836 484	11 255	0,6	14 230	0,8	5 791	0,3	2 553	0,1	1 441	0,1	1 755	0,1
P. Setúbal	640 493	2 610	0,4	3 285	0,5	4 602	0,7	980	0,2	512	0,1	437	0,1
Médio Tejo	227 339	676	0,3	2 032	0,9	676	0,3	114	0,1	116	0,1	59	0,0
Lezíria do Tejo	232 969	519	0,2	1 019	0,4	645	0,3	170	0,1	113	0,0	83	0,0
Total	3 296 715	16 072	0,5	22 387	0,7	12 172	0,4	3 989	0,1	2 315	0,1	2 487	0,1

Fonte: INE, Censos 1991

Ao nível de NUTS III existiram na segunda metade dos anos 80 algumas particularidades na imigração interna para a Região que importa assinalar:

- A Grande Lisboa recebeu população essencialmente das Regiões Norte e Centro.
- A Península de Setúbal recebeu população essencialmente das Regiões Alentejo e Algarve.
- O Médio Tejo, o Oeste e a Lezíria do Tejo receberam população essencialmente da Região Centro.

A Grande Lisboa revela assim uma capacidade de atracção nacional, enquanto as restantes NUTS III atraem população das regiões que lhes estão mais próximas geograficamente.

Quadro 10 – Fluxos migratórios inter NUTS III de LVT

NUTS III	População em 1991	Oeste		G. Lisboa		Residência em 85 P. Setúbal		Médio Tejo		Lez. do Tejo	
			%		%		%		%		%
Oeste	359 430	5 008	1,4	6 253	1,7	592	0,2	316	0,1	745	0,2
Grande Lisboa	1 836 484	4 157	0,2	105 249	5,7	9 436	0,5	3 167	0,2	2 531	0,1
P. Setúbal	640 493	456	0,1	20 844	3,3	21 025	3,3	575	0,1	754	0,1
Médio Tejo	227 339	250	0,1	2 699	1,2	489	0,2	3 395	1,5	802	0,4
Lezíria do Tejo	232 969	537	0,2	3 132	1,3	636	0,3	820	0,4	2 906	1,2
Total	3 296 715	10 408	0,3	138 177	4,2	32 178	1,0	8 273	0,3	7 738	0,2

Fonte: INE, Censos 1991

Quanto aos movimentos da população dentro da região de LVT, ao nível de NUTS III, detectaram-se os seguintes aspectos mais significativos:

Na NUTS III Oeste a percentagem mais significativa era a de migrantes na própria Região (1,4%). Esta percentagem traduz o peso relativo da população que em 1985 residia no Oeste num concelho diferente daquele em que residia em 1991, sobre a população do Oeste em 1991. No entanto, em valores absolutos, houve quase tantos emigrantes para a NUTS III Grande Lisboa como migrantes dentro da própria região.

Quanto à Grande Lisboa, é significativa a percentagem de indivíduos que se mudou para a Península de Setúbal (3,3%), se bem que a maior percentagem foi a de indivíduos que se movimentaram dentro da Grande Lisboa (5,7%). Estas percentagens traduzem o peso da população que se movimentou, sobre a população residente em 1991 na NUTS III de destino.

Na Península de Setúbal verificam-se essencialmente movimentos internos à Região. No entanto, houve 9 436 indivíduos que emigraram para a Grande Lisboa (o que representava 0,5% da sua população em 1991).

As NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo revelam comportamentos semelhantes: em valores absolutos a mobilidade interna a estas regiões era pouco superior à da emigração para a Grande Lisboa.

Isto é, as NUTS III de Lisboa e Vale do Tejo reproduzem a situação já verificada a nível da Região NUTS II, com uma mobilidade interna superior às trocas com as outras regiões, indicando a clara supremacia das migrações de curta distância. No entanto, nas trocas entre regiões (NUTS III) a Grande Lisboa é claramente a região ganhadora.

Quanto ao elevado número de saídas de Lisboa para a Península de Setúbal, por exemplo, pode ver-se aqui uma forma típica de descentralização metropolitana (disseminação da população por zonas crescentemente urbanas). Pode ver-se ainda o efeito acumulado das migrações sobre o crescimento natural: os descendentes das primeiras migrações instalam-se na margem Sul por terem habitação mais acessível mas não se desligam da cidade (cf. Peixoto 1994).

Quadro 11 – Sexo e idade dos migrantes por NUTS III

		Oeste		G. Lisboa		Residência em 1991		Médio Tejo		Lez. do Tejo	
			%		%	P. Setúbal	%		%		%
Homens	<25 anos	2 609	15,7	23 542	14,6	8 550	15,2	1 576	13,9	1 650	15,6
	25-44 anos	3 328	20,0	39 329	24,3	13 300	23,7	2 431	21,5	2 127	20,1
	45-64 anos	1 112	6,7	9 141	5,7	3 543	6,3	762	6,7	772	7,3
	65 e + anos	690	4,1	3 697	2,3	1 545	2,8	480	4,2	439	4,1
Mulheres	<25 anos	3 222	19,3	28 801	17,8	9 843	17,6	1 988	17,6	1 955	18,5
	25-44 anos	3 506	21,0	40 150	24,9	13 106	23,4	2 417	21,4	2 183	20,6
	45-64 anos	1 130	6,8	9 442	5,8	3 514	6,3	876	7,7	846	8,0
	65 e + anos	1 066	6,4	7 463	4,6	2 679	4,8	778	6,9	608	5,7
Total		16 663	100,0	161 565	100,0	56 080	100,0	11 308	100,0	10 580	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

60

Quanto às características dos imigrantes, a análise do Quadro 11 diz-nos que em todas as NUTS III da região de LVT a percentagem mais elevada é a de indivíduos entre os 25 e os 44 anos, quer do sexo masculino quer feminino, ou seja, trata-se de população em idade activa. Portanto, independentemente da dimensão da população entrada em cada sub-região a característica predominante é igual em todas elas⁶.

2.4.2. Internacionais

Devido à escassez de informação sobre os movimentos emigratórios⁷ com origem no território português, neste ponto apenas será analisada a questão da imigração.

A migração externa é actualmente o principal factor de variação do crescimento demográfico efectivo de Portugal, devido à quebra da taxa de fecundidade, que torna o saldo natural pouco significativo.

Portugal é actualmente um país destino de imigração, representando os imigrantes um peso crescente na população nacional, não só devido aos indivíduos que entram no país mas também devido ao nascimento de estrangeiros em Portugal.

Qual é a importância da população imigrada para o país? Em números absolutos, o peso dos estrangeiros residentes pode não ser muito grande. Segundo os dados do SEF, em 1999 residiam em Portugal 190 896 estrangeiros. Contudo este valor pode ser bastante superior se tomarmos em conta os indivíduos que residem no país de forma ilegal.

⁶ Os dados da questão retrospectiva dos Censos 91 relativa a 1989 não revelam tendências diferentes das aqui apresentadas referentes ao ano de 1985. Apenas os valores são mais reduzidos.

⁷ Para uma inventariação da informação existente sobre emigração e suas debilidades ver Baganha e Ferrão (1998).

Este aparente pequeno volume de população não impede contudo que o fenómeno da imigração tenha uma forte carga social, alcançando assim uma importância que transcende os números. Disto é exemplo a abordagem sistemática que tem sido feita nos *media* à questão da imigração em geral e de histórias de imigrantes em particular.

Os escassos dados de que dispomos sobre esta população (lembramos que o SEF apenas dispõe de informação para a população residente estrangeira legalizada) dizem-nos que ela se concentra territorialmente e que se trata de população em idade activa.

Quadro 12 – População estrangeira em 1999 por distrito de residência

Distritos	Nº	%	Distritos	Nº	%	Distritos	Nº	%
Aveiro	7 209	3,8	Faro	24 947	13,1	Setúbal	17 963	9,4
Beja	933	0,5	Guarda	693	0,4	V. Castelo	1 341	0,6
Braga	3 088	1,6	Leiria	2 499	1,3	Vila Real	682	0,3
Bragança	329	0,2	Lisboa	105 362	55,2	Viseu	1 315	0,7
Castelo Branco	575	0,3	Portalegre	590	0,3	Açores	2 528	1,3
Coimbra	4 708	2,5	Porto	11 408	6,0	Madeira	2 385	1,2
Évora	888	0,5	Santarém	1 453	0,8	Portugal	190 896	100,0

Fonte: INE e Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Aliás, há autores que consideram que esta população vem contribuir para uma reposição da força de trabalho, o que tem como consequência uma diminuição da taxa de dependência (relação entre a população activa e não activa) e ainda para uma diminuição do envelhecimento da população.

No entanto, tal como refere J. Malheiros (1998) para que se verifique uma diminuição da taxa de dependência é necessário que os imigrantes se encontrem legalizados e portanto integrados no sistema de segurança social.

Quanto ao envelhecimento da população, embora o índice de fecundidade médio seja superior para as mulheres estrangeiras, a verdade é que este fenómeno, regra geral muito sentido no início do processo migratório, vai diminuindo com o tempo, o que contribui para aproximar as taxas de fecundidade das mulheres imigrantes e nacionais (cf. De Rugy, 2000).

Quadro 13 – População que em 1985 e 1989 vivia fora do país

NUTS II	População em 1991	Migrante externo (face a 1985)	%	Migrante externo (face a 1989)	%
Norte	3 472 715	55 829	1,6	25 200	0,7
Centro	1 721 650	35 437	2,1	15 093	0,9
LVT	3 296 715	51 052	1,5	21 049	0,6
Alentejo	543 442	3 610	0,7	1 645	0,3
Algarve	341 404	9 190	2,7	3 102	0,9
Açores	237 795	3 703	1,6	2 055	0,9
Madeira	253 426	8 022	3,2	3 671	1,4
Total	9 867 147	166 843	1,7	71 815	0,7

Fonte: INE, Censos 1991

62

Também os dados dos Censos 91 nos dizem que a população entrada no país tem um peso relativamente pequeno na população total. Para além de que na categoria 'migrante externo' estão incluídos os indivíduos que em 1991 residiam em Portugal e que em 1985 (ou 1989) residiam no estrangeiro, independentemente de terem nacionalidade portuguesa ou estrangeira.

Contudo, se analisarmos a entrada de migrantes externos na RLVT verificamos que há uma nítida concentração na Grande Lisboa.

Quadro 14 – Residentes em LVT em 1991 por NUTS III que em 1985 residiam fora do País

NUTS III	Migrante externo	%
Oeste	4 770	9,3
Grande Lisboa	32 066	62,8
P. Setúbal	8 442	16,5
Médio Tejo	3 585	7,0
Lezíria do Tejo	2 189	4,3
Total	51 052	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

Conclui-se assim que quanto à questão regional, a imigração não contribui para atenuar os processos de despovoamento e excessiva concentração populacional, uma vez que os imigrantes se concentram essencialmente nas grandes metrópoles.

... e em 2001?

- LVT irá manter a sua atractividade e a sua elevada mobilidade intra-regional? E continuará a Grande Lisboa a ser a NUTS III mais atractiva?
- Os fluxos migratórios irão contribuir para o acentuar da macrocefalia populacional do país (diferença populacional entre as duas principais cidades (Lisboa e Porto) e as restantes cidades)?
- Que tipo de pessoas está a região a atrair? Jovens activos, pouco ou muito qualificados? Que tipo de trabalho vêm desenvolver?
- Quais são os padrões dominantes da imigração na última década? Ainda predomina a imigração de mão-de-obra pouco qualificada dos PALOP ou a “nova” imigração dos países de Leste já começa a ter impacte no mercado de trabalho?
- A “nova” imigração dos países de Leste segue os padrões da imigração em Portugal ou, pelo contrário, apresenta especificidades próprias, por exemplo, não se caracteriza por uma concentração territorial tão pronunciada nas grandes metrópoles?
- Tenderá a manter-se uma concentração dos imigrantes (empregados) em determinados sectores de actividade? Tal facto depende do país de origem?

3. Comentários Finais

Este trabalho, de acordo com os objectivos inicialmente expostos, não pretendia ser conclusivo, mas acima de tudo alertar para a importância do fenómeno da mobilidade geográfica enquanto elemento (des)estruturador do território e consequentemente para a necessidade de uma abordagem integrada do mesmo.

Assim, as principais ideias a reter residem na significativa dimensão da mobilidade geográfica na Região de Lisboa e Vale do Tejo (a figura 3.1. apresenta os “grandes números”), e nas vantagens de uma análise integrada do fenómeno, em resultado da tipologia proposta, que permitiu, nomeadamente, a percepção de relações entre diferentes tipos de mobilidade, bem como a inventariação de algumas áreas que a informação estatística existente não permite clarificar.

Figura 3.1 - Dimensão da Mobilidade geográfica na RLVT

MOVIMENTOS PENDULARES Origem e destino na LVT 902 602 Origem e destino na AML 792 018	MIGRAÇÃO RESIDENCIAL - ? DA QUAL SAZONAL 134 965 alojamentos de uso sazonal (10,5% dos alojamentos clássicos ocupados)		
	MIGRAÇÃO		
ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO ?	INTERNA		INTERNACIONAL
	LVT	AML	
Total	304 664	226 436	
Intra	196 774	105 249	Entradas
Inter	107 890	121 187	LVT 51 052
Entradas	59 422	56 316	G. Lisboa 32 066
Saídas	48 468	64 871	
Saldo	10 954	-8 555	

Após a avaliação da dimensão do fenómeno, procedeu-se à análise dos padrões territoriais da mobilidade em 1991 (data do último recenseamento⁸) e foram identificadas algumas questões que irão ser exploradas pelos autores, com base nos dados dos Censos 2001.

⁸ O recenseamento da população constitui a fonte de informação de referência para estudos de mobilidade geográfica.

Referências Bibliográficas

- BAGANHA, M. Ioannis e FERRÃO, João (1998); *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*; IEFP; Lisboa.
- DE RUGY, Anne (2000); *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*; Celta Editora.
- FEDERICI, Nora (1991); *Le Migrazioni: che Cosa Interessa Conoscere*, Genus Nº 1-2, Comitato Italiano per lo Studio dei Problemi della Popolazione.
- GOETZ, Stephan J. (1999); *Migration and Local Labor Markets*; West Virginia University.
- MALHEIROS, Jorge (1998); *Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades: uma Aproximação ao Caso de Lisboa no Contexto da Europa Mediterrânica*, Finisterra, Nº 66.
- MALHEIROS, Jorge (2000); *Impacte demográfico e regional*, Economia Pura, Nº 28.
- PEIXOTO, João; *Migrações e Mobilidade: Conceitos e Problemas de Medição*; mimeo.
- PEIXOTO, João (1994); *Os Movimentos Migratórios Inter-regionais em Portugal nos Anos 80 – uma Análise dos Dados Censitários*, INE/GED, policop.
- PEIXOTO, João (1998); *Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: as Migrações Inter-regionais em Portugal nos anos 80*, Revista de Estatística, 3º QUAD 98, Nº 9, INE.
- PEIXOTO, João; OLIVEIRA, Cristina (2001); *Migrações Inter-regionais em Portugal Continental, 1992-1999*, Revista de Estudos Regionais Nº 2.
- PIRES, Rui P. (2000); *Conceber uma Nação Cosmopolita*, Economia Pura, Nº 28.